

ANÁLISE DO CONFLITO SOCIOAMBIENTAL NO PARQUE ESTADUAL DO SUMIDOURO EM MINAS GERAIS: A IMPORTÂNCIA DA RELAÇÃO COMUNIDADE-PARQUE PARA A GESTÃO AMBIENTAL EFETIVA.

FARIA, Sophia P¹. PEREIRA, Amanda F. ² COSTA, Maíra H. O. ³ SANTOS, Gregory N. ⁴
Universidade Federal de Minas Gerais - E-mail: sophiafaria93@gmail.com

RESUMO

O artigo trata sobre a relação entre o Parque Estadual do Sumidouro - PES e os moradores do entorno do Parque. No entorno do parque uma das principais atividades econômicas no passado eram as serrarias e pedreiras de Pedra Lagoa Santa, e atualmente grande parte está interditada por falta de licença ambiental. O objetivo desse estudo foi analisar a existência de conflitos entre essa população e o Parque Estadual do Sumidouro, e em caso positivo verificar a influência das pedreiras nesse conflito. A hipótese é de que há uma relação negativa entre o PES e a população e que o fechamento das pedreiras é um fator que contribui para que haja divergências, uma vez que o processo de fechamento das pedreiras ocorreu concomitantemente à implantação do Parque. Foram realizadas três visitas ao Parque Estadual do Sumidouro para reconhecimento da área e coleta de dados; e 7 entrevistas qualitativas com moradores do entorno, moradores ligados à atividade de extração da pedra e trabalhadores do PES. A partir das entrevistas realizadas foi possível perceber que grande parte dos entrevistados se mostraram insatisfeitos com a falta de diálogo e, que os moradores entrevistados atribuem o fechamento das pedreiras à criação e implantação do PES. Constatou-se que os moradores tem dificuldade de compreender a relação entre as competências de cada órgão integrante da política ambiental, atribuindo erroneamente funções aos órgãos. A análise das entrevistas permitiu confirmar a hipótese do projeto, há sim um conflito socioambiental no entorno do PES e o mesmo possui influência das pedreiras. Propõem-se medidas como a criação de uma equipe para lidar com os conflitos, no cenário da Parceria Público Privada, e o desenvolvimento mais efetivo de uma educação ambiental voltada à comunidade, a fim de melhorar a relação entre o Parque Estadual do Sumidouro e os moradores do seu entorno

PALAVRAS-CHAVE: Parque Estadual do Sumidouro, Conflitos socioambientais, Pedreiras.

INTRODUÇÃO

A Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988) assegura para todos os cidadãos, por meio de seu artigo 225, o direito de viverem em um ambiente ecologicamente equilibrado, que garanta a sadia qualidade de vida e, junto à esse direito, destaca o dever do Poder Público e da Sociedade Civil de preservá-lo para que seja possível o desfrute de gerações futuras. A lei também destaca a importância em determinar áreas específicas e destiná-las à manutenção dos processos e complexos ecológicos existentes nos diversos ecossistemas do país.

Dentro deste contexto, como uma das formas de fazer valer o direito a um ambiente equilibrado e proporcionar a conservação do meio ambiente, foi instituído em 2000, pela Lei nº 9985, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, que preconiza normas para a criação, implantação e administração das Unidades de Conservação – UCs a nível Nacional, Municipal e Estadual. As UCs são importantes para garantir a proteção de espécies ameaçadas e para evitar a vulnerabilidade das que ainda não se encontram dentro desse grupo, além da preservação das paisagens tidas como raras e de notável beleza cênica e das modalidades destinadas ao extrativismo e a preservação de modos culturais específicos. O SNUC, por sua vez, é composto por doze categorias distintas, que apresentam variações quanto ao modo de proteção e utilização.

O Parque Estadual do Sumidouro (PES), local de estudo deste projeto se encontra dentro da APA Carste de Lagoa Santa. Conforme caracteriza Sampaio (2010):

A APA (Área de Proteção Ambiental) Carste de Lagoa Santa, localizada a aproximadamente 30 km de Belo Horizonte – MG, encerra em seus limites um vasto e importante patrimônio espeleológico, arqueológico, paleontológico e cultural que ainda merece ser estudado e detalhado. Palco de extensos estudos realizados pelo naturalista Peter Lund no século XVIII a região foi abrigo para os primeiros habitantes americanos há cerca de 11.500 anos. Feições geomorfológicas desenvolvidas sobre rochas calcárias e a presença de uma vegetação bastante peculiar conferem à região elevada beleza cênica. Neste contexto ocorrem ameaças a este patrimônio, representadas pela exploração mineral,

expansão urbana, má utilização de recursos hídricos, avanço de áreas para agricultura e pastagem, entre outros fatores que comprometem a integridade de um sistema bastante frágil. (SAMPAIO, 2010, p.68).

O PES é coordenado pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF/MG), e foi criado pelo Decreto nº. 20.375, em 3 de janeiro de 1980 com o nome de Parque Ecológico Vale do Sumidouro. Em 2008 com o Decreto nº44.935 os limites da UC foram redefinidos e a área total de conservação foi contabilizada em 2.004 hectares e foi reconhecida a partir de novembro do mesmo ano como Parque Estadual do Sumidouro. Conhecido também como Sítio da Quinta do Sumidouro e como Parque Ecológico do Vale do Sumidouro a área apresenta grande importância natural/cultural com seus sítios paleontológicos, arqueológicos e espeleológicos.

1.1. Criação de Parques no Brasil: inspiração no modelo de conservação Norte Americano

O primeiro parque do mundo foi criado nos Estados Unidos, em 1872, denominado Yellowstone National Park. A criação do Parque foi influenciada por idéias preservacionistas que se tornavam importantes na América do Norte e Europa desde o início do século (DIEGUES, 2001). A criação dos primeiros parques tinha como objetivo preservar ilhas de natureza tidas como intocadas, selvagens, que apresentassem rara beleza cênica, servindo como refúgio para a sociedade industrial. Essa espécie de paraíso perdido deveria ser protegida porque o homem seria naturalmente destruidor, sendo essa uma das únicas formas da sociedade moderna fugir da vida conturbada das grandes cidades, buscando nesses espaços um conforto momentâneo, “onde o homem pudesse refazer as energias gastas na vida estressante das cidades e do trabalho monótono” (DIEGUES, p. 10, 2001). A natureza selvagem não tinha, inicialmente, um valor em si, servindo apenas como refúgio para a sociedade urbano-industrial, em uma visão marcadamente antropocêntrica.

Esse modelo de conservação por meio da criação de Parques foi exportado para o Terceiro mundo, com uma realidade significativamente diferente da norte americana, e passou a ser uma das principais estratégias de conservação desses países. A criação de Parques no Brasil foi, em muitos casos, feita com a desconsideração das populações inseridas nesses lugares, como se estas fossem, assim como pensavam os norte americanos, essencialmente destruidores da natureza.

Raramente as populações são consultadas sobre a criação das unidades de conservação, e também raramente são convidadas a participar efetivamente da gestão dessas áreas. A expulsão dos moradores tem, em muitos casos, consequências perversas, como o aumento da degradação em função da falta de fiscalização das áreas - o que abre margem para a instalação de indústrias madeireiras e empreendimentos degradantes - além da degradação pela própria comunidade, que em função de um sentimento de revolta “retiram ilegalmente meios de subsistência dessas áreas protegidas, tidas como “recursos perdidos pelas comunidades locais”” (DIEGUES, p. 13, 2001)".

Tomando como luz a criação impositiva de Unidades de Conservação que foram e continuam sendo feitas no país, se torna necessário averiguar como se deu o processo de implantação do Parque Estadual do Sumidouro, e como se dá atualmente a relação e o diálogo entre o Parque e a comunidade do entorno.

OBJETIVOS

O objetivo geral da pesquisa é analisar se há um conflito entre moradores do entorno e o PES, e se houver conflito, investigar se há uma influência das pedreiras nas motivações que acirram e geram o conflito. Por meio das entrevistas, objetiva-se entender as posições dos atores envolvidos nos conflitos a fim de buscar possíveis soluções para este.

MATERIAL E MÉTODOS

Para a realização da pesquisa buscou-se estudar a área que apresenta o conflito que envolve o Parque Estadual do Sumidouro e a comunidade ao entorno do município de Lagoa Santa. O reconhecimento da área do Parque foi feito por meio de visitas técnicas com a orientação dos guias do parque, o que ajudou a entender como a demarcação da Unidade de Conservação foi realizada e quais implicações ela promoveu na comunidade.

Entrevistas foram responsáveis por entender as implicações para a comunidade com a implantação do Parque. Para tanto foram entrevistados ao todo 7 entrevistas qualitativas, com guias e o gerente do Parque, e também alguns moradores da região da Quinta do Sumidouro.

Para a realização das entrevistas, roteiros semi-estruturados foram elaborados afim de possibilitar maior interação entre entrevistado e entrevistador, permitindo assim a possibilidade do entrevistador em coletar análises mais completas e do entrevistado expor com mais tranquilidade as respostas. Segundo Boni e Quaresma (2005):

As entrevistas semi-estruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. (BONI; QUARESMA, 2005, p.8)

Ressaltamos que as entrevistas foram realizadas geralmente por todos os membros do grupo e quando ficava inviável a presença de todos, ao menos dois integrantes realizavam a entrevista. Os autores acreditam que a entrevista realizada em grupo auxilia e melhora a percepção sobre como os entrevistados se comportam pois diante das falas analisadas percebe-se que há distinção na forma como os discursos são proferidos. Para coleta dos dados, utilizou-se gravadores de celular e do notebook, mediante o consentimento dos entrevistados.

Além da realização das entrevistas foi realizada uma visita a uma das pedreiras para a análise visual dos impactos ambientais gerados pela extração e caracterização da geologia da rocha. A aparência geológica da parte exposta da pedreira junto ao estudo de pesquisas já realizadas sobre a rocha permitiu ao grupo discutir a importância econômica que a extração da Pedra de Lagoa Santa, de base calcária, tem para a população atingida pelo fechamento das pedreiras, que ocorreu em paralelo a criação do Parque Estadual do Sumidouro.

RESULTADOS

Caracterização das Pedreiras: A Pedra Lagoa Santa

Nas pedreiras existentes no entorno do Parque Estadual do Sumidouro é extraído o calcário dolomítico, popularmente conhecido como Pedra Lagoa Santa, uma rocha ornamental com boas perspectivas comerciais. A rocha é extraída em pedreiras localizadas nos municípios de Pedro Leopoldo e Funilândia.

As pedras ornamentais têm um importante papel na construção civil, e são definidas pela ABNT (1992) como um material rochoso natural, submetido a diferentes graus de aperfeiçoamento e utilizado para exercer uma função estética. Na construção civil, podem ser utilizadas como revestimentos internos e externos de paredes, pisos, pilares, tampões, pés de mesas (BARBOSA, 2008 apud ABRIROCHAS, 2007).

No que se refere à sua formação geológica, a pedra Lagoa Santa possui características dos mármore e propriedades físicas e mecânicas das ardósias. A composição da pedra é rica em carbonato de cálcio, o que a aproxima dos mármore. Semelhante à ardósia, a pedra Lagoa Santa apresenta planos preferenciais de clivagem – que pode ser definido como a tendência a partir-se segundo superfícies planas – o que facilita o desdobramento da rocha, devido aos pontos naturais de partição. A constituição natural da pedra dispensa portanto a utilização de teares e talha blocos para realizar o desdobramento da rocha, que é facilmente feito sem a utilização dessas ferramentas (BARBOSA, 2008).

As pedreiras são a céu aberto, normalmente com grande desenvolvimento horizontal e vertical. Após a extração dos blocos, estes sofrem o processo de beneficiamento, que é constituído do corte dos blocos no tamanho exigido pelo mercado e o desdobramento dos blocos em chapas. Grande parte das serrarias se concentra no distrito de Fidalgo, pertencente à Pedro Leopoldo, mas foram observadas a se serrarias também na Quinta do Sumidouro.

A extração da pedra Lagoa Santa está sujeita ao licenciamento ambiental, assim como o processo de beneficiamento da rocha nas serrarias. Por se localizarem dentro da APA Carste Lagoa Santa, as pedreiras estão ainda sujeitas à anuência do Instituto de Conservação Chico Mendes (ICMbio), órgão gestor da APA.

Grande parte das pedreiras e serrarias está situada dentro da Zona de Proteção do Patrimônio Cultural (ZPPC) da APA Carste Lagoa Santa, uma entre as seis zonas estabelecidas no Zoneamento Ambiental da APA. A ZPPC visa proteger e promover conjunto paisagístico e a cultura regional, além de proteger o ecossistema úmido e a biota remanescentes em ambiente lacustre, em especial a avifauna associada à lagoa do Sumidouro. Estão inseridos nessa área o contexto ambiental urbano de Fidalgo e da Quinta do Sumidouro, e entre os conflitos de uso citados na área estão a extração e beneficiamento de Pedra Lagoa Santa. A diretriz refere à ZPPC incentiva a criação de um distrito industrial para receber as serrarias, onde é feito o beneficiamento da rocha. Dentro da zona, por mais que seja citado como um conflito de uso, a extração da rocha é citado como um uso tolerado, desde que devidamente licenciado e que os produtores estejam vinculados à programas de extensão ambiental, destinado à redução dos impactos da atividade, melhoria tecnológica e redução de perdas (IBAMA, 1998).

Foi observado no entanto que grande parte das pedreiras e serrarias não possuem licença ambiental, e parte delas ainda funciona de maneira clandestina. Por meio da comparação de dados de GPS obtidos em campo e as bases de processos do DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral), percebe-se que existem diversos requerimentos de lavra e pesquisa, mas poucos processos têm de fato avançado no sentido de obter o licenciamento ambiental.

Dentre os possíveis impactos ambientais gerados pela extração e beneficiamento das rochas estão a formação de lama devido aos finos gerados no processo de beneficiamento da rocha, o ruído sonoro causado pelas máquinas

utilizadas no corte dos blocos, acumulação de rejeitos da rocha nas vias públicas e carreamento dos finos gerados nas lavras pelo curso d'água. Nas serrarias presentes em Fidalgo, de acordo com estudos realizados em 2011, parte dos finos estaria sendo lançado sem tratamento prévio no Córrego da Bucha, afluente da Lagoa do Sumidouro, causando o assoreamento da lagoa (GARCIA, 2011)

Análise das entrevistas

Para facilitar o processo de análise das entrevistas, foram estabelecidos alguns temas preponderantes abordados durante as entrevistas. Por meio da definição desses temas, é possível perceber com mais clareza as divergências e semelhanças entre as posições dos autores:

O fechamento pedreiras na visão da população

O fechamento das pedreiras foi atribuído, pela maioria dos entrevistados, como estando diretamente relacionado à criação e implantação do PES. Durante a época em que as pedreiras ainda eram utilizadas para a extração da Pedra lagoa santa, grande população estabelecia vínculo econômico com essa atividade - os que não trabalhavam dependiam da renda gerada a partir da exploração pelos seus parentes, principalmente.

Como os locais de extração não eram legalmente reconhecidos, foram todos interditados e os trabalhadores, conseqüentemente, impedidos de dar continuidade às atividades. A interdição ocorreu paralelamente à implantação do PES, causando equívocos em relação às razões do fechamento por parte da população. Com isso os moradores se sentem extremamente enganados pelo Parque, e tomam para si o argumento de que ele foi o principal responsável para o fechamento das pedreiras. Os trechos a seguir ilustram o sentimento da população sobre esse tópico:

“Se você for conversar com a diretoria do Parque eles vão falar que não tem nada haver com isso. Mas se você for mais afundo na papelada, com o negócio do governo, o Parque tem muita coisa a ver”. (14 set de 2013).

“Foi o parque. Depois que o parque veio pra aqui as serrarias fecharam.” (14 set de 2013).

Impactos do fechamento das pedreiras para a população

Com base nas entrevistas, a opinião da população quanto aos impactos trazidos pelo PES à localidade, nota-se que as ações desenvolvidas pela unidade de conservação não atingem as expectativas dos moradores. Foi possível perceber especialmente um descontentamento em relação à falta de desenvolvimento econômico da região e a atribuição de culpa ao Parque por esse fato. A seguinte fala retrata bem isso: “Quando falaram que o parque ia vir pra cá falaram que o parque ia ser sustentável, que ia trazer benefício pro moradores, hoje você pode perguntar qualquer pessoa o que o parque trouxe de beneficiamento. Nada, só piora.” (14 set de 2013).

Além disso, entrevistados alegaram que houve promessas de aumento de renda por influência de maior número de turistas e realização de trabalhos artesanais para comercialização.

Outro descontentamento se refere à restrição quanto ao uso do espaço do Parque pela população, que afirma que “muitos iam à lagoa pra pescar, pra acampar, então assim, aqui ficava lotado de gente. Deve ter mais de três anos que eu não vou à Lagoa porque está fechada. Lá era o único lazer que as pessoas tinham.” (26 nov. 2013).

Percepção quanto à diferenciação dos atores envolvidos no conflito

Quanto à diferenciação de atores envolvidos, houve certo equilíbrio entre os entrevistados. Houve os que não souberam, realmente, conectar órgãos públicos à situação de conflito, responsabilizando o Parque pela má qualidade da água fornecida pelo sistema de abastecimento local.

Em contrapartida, outros entrevistados souberam organizar as ações de órgãos públicos ao contexto, estes, talvez, possuíam maior conhecimento quanto a essas questões de competência dos órgãos, por participarem mais ativamente de movimentos relacionados às associações dos bairros próximos à UC.

A relação com o gerente do parque e integração entre o PES e a comunidade do entorno

A imagem que a maioria dos entrevistados possuem do gerente é bastante negativa, afirmando que ele desrespeita a comunidade e que não há uma relação entre o gerente a população. Pela grande aversão que os moradores tem em relação ao gerente, possivelmente grande parte dos problemas associados ao parque se devem a essa relação conflituosa, e talvez menos problemas em relação ao parque fossem apontados pela comunidade caso houvesse uma relação mais harmônica.

Uma das entrevistadas, moradora da quinta e ligada às pedreiras e serrarias, diz que sente uma pequena perseguição do gerente com a comunidade aqui. Afirma também que “muita gente já tentou mesmo matar esse gerente,



muita gente tem ódio dele mesmo, porque a pessoa que ta num cargo superior ela quer diminuir as pessoas, e quando acontece isso as pessoas ficam indignadas” (14 set de 2013).

Outra entrevistada, integrante da associação da quinta, disse que o gerente não tem nenhuma ligação com a comunidade, e que só procura a associação quando precisa. No fim da entrevista concedida, a moradora disse: “Mostra a pesquisa pro senhor gerente, e fala com ele que aprenda a ser mais humano, que não é assim que a gente trata uma comunidade humilde. Não é assim que ele vai conseguir o objetivo dele, pensando só nele. Primeiramente ele tinha que ter pensado na comunidade” (5 de out de 2013).

Pela entrevista feita com o gerente, uma das causas apontadas por ele para tamanha revolta é a implantação de um discurso político na comunidade, que acaba incitando a população a se posicionar contra ao parque, criando-se assim um forte dualismo: os que são contra e os que são a favor do parque. Na entrevista, o gerente disse que “as pessoas querem ganhar, e as pessoas são imediatistas (29 de out de 2013)”, e que assim não estaria sendo dado o tempo que o parque precisa para se adaptar.

Outros motivos também foram citados como geradores da aversão da comunidade em relação ao parque, como a não construção do distrito industrial e a impossibilidade do parque de oferecer emprego a todos os moradores.

Em entrevista realizada com os guias do parque, foi apresentado alguns dos trabalhos realizados no parque abertos a comunidade, como a realização de palestras abertas e a educação ambiental com escolas da região. As informações relativas ao parque são divulgadas em um jornal, disponibilizado dentro do parque, e por meio das redes sociais e site do parque. É importante destacar que essas formas de divulgação nem sempre atingem a comunidade local, especialmente as que ocorrem por meio da internet, devido à falta de residências que possuem o serviço na região. Segundo a guia o que é feito dentro do parque não é valorizado, mas ao mesmo tempo ela reconhece que a divulgação nem sempre é bem feita, sendo um ponto a ser trabalhado dentro do parque.

Segundo o gerente, na implementação do parque foram feitas “reuniões, palestras, buscou-se convidar as pessoas da comunidade pra integrar o conselho. Nós tivemos um primeiro conselho, de dois anos, vamos dizer com uma participação maior das associações locais. Hoje, as associações locais pela própria inoperância, foram convidadas mas não participaram do processo de renovação do conselho (29 out de 2013)”. Ainda segundo o gerente existem projetos que devem ser implementados que buscarão uma maior integração com a comunidade, como por exemplo o projeto Trilha da Saúde, que será um convite para que as academias livres de Lagoa Santa façam trilhas e conheçam o Parque, “pra que não só as comunidade do entorno, mas o pessoal também de Lagoa Santa conheça e valorize o Parque (29 out de 2013)”. Um dos pontos positivos em relação à integração com a comunidade é o número de funcionários contratados: 50 de um total de 67 pertencem à comunidade.

CONCLUSÕES E PROPOSIÇÕES

São muitos e inegáveis os desafios para a busca de uma relação mais harmônica com a população. Na entrevista concedida, o gerente disse que o parque é “um lugar que tem potencial pra ser patrimônio da humanidade, mas eu tenho que ficar aqui, comendo o pão que o diabo amassou para mostrar para as pessoas que elas são parte desse tesouro (29 out de 2013)”.

Por maiores que sejam os desafios, é também inegável que ainda há muito o que ser feito. Os projetos do parque ainda estão voltados muito para o futuro, e pouco tem sido feito no presente para alcançar essa relação mais amigável. Nesse sentido é necessário também buscar articulações com outros parceiros, o que é reconhecido pelo próprio gerente.

É preciso também buscar de forma mais intensa melhorar essa interação, estabelecendo esta como uma das prioridades do parque, até mesmo por acabar interferindo na própria conservação deste.

A partir das questões apresentadas, conclui-se que o PES e a comunidade influenciada por ele apresentam boas intenções em busca de ajuda mútua. No entanto, devido a falta de diálogo entre eles, a dificuldade para amenizar o conflito aumenta, e a comunidade claramente não se apropria do espaço da UC. Soma-se a isto o desalinhamento no que se refere ao entendimento por parte da população local sobre quais os órgãos ambientais são de fato responsáveis pela implantação do Parque e o fechamento das pedreiras.

As entrevistas com os moradores mostram que muitos culpam de maneira exclusiva o PES pela diminuição de renda ocorrida com a perda do trabalho exercido nas pedreiras. Porém, o Parque, assim como sua gestão, não foi o responsável direto por tal feito. A hipótese mais viável é que, com a demarcação da UC, a presença dos órgãos federais fiscalizadores tornou-se maior na região. Sendo assim, irregularidades como as pedreiras clandestinas que funcionavam sem licenciamento ambiental foram diagnosticadas e barradas em continuar com suas atividades. Um número

considerável de moradores da APA Carste de Lagoa Santa que trabalhavam nas respectivas pedreiras foram então demitidos.

A associação entre criação do Parque e o fim das pedreiras como fonte de renda foi feita pela população causando grande aversão à área de conservação. É inegável que o fechamento das pedreiras desestabilizou o modo de vida da região estudada. A discrepância entre os salários daqueles que tinham a pedreira como fonte de renda alterou o ciclo econômico, prova disto são os relatos dos moradores que alegaram que a renda obtida com o trabalho nas pedreiras passou de três mil reais para aproximadamente um salário mínimo.

Diante desse cenário propõem-se as seguintes medidas:

A criação da Parceria Público Privada e suas oportunidades

O governo de Minas Gerais lançou recentemente um edital que prevê a formação de uma Parceria Público Privada (PPP), que levaria à concessão administrativa para a exploração da gestão de áreas das unidades de conservação do Parque Estadual do Sumidouro, Monumento Natural Estadual Gruta Rei do Mato e Monumento Natural Estadual Peter Lund. Se concluído, esse será o primeiro projeto PPP para conservação de áreas protegidas do país.

O prazo inicial da concessão é de 30 anos, prorrogáveis por forma de lei ou pelo edital. Se o projeto for concluído, os recursos disponíveis para a gestão do Parque aumentarão de forma exorbitante, e será possível pensar em planos e ações de gestão mais abrangentes. O plano de manejo do Parque prevê que os recursos para os projetos são de 25 milhões a cada 5 anos. No cenário de PPP, o investimento mínimo do projeto, segundo o edital, é de cerca de 300 milhões.

Nesse cenário de concretização da parceria, é necessário que haja por parte das prefeituras de Lagoa Santa e Pedro Leopoldo, projetos de capacitação da comunidade, para que esta possa aproveitar da melhor forma possível a grande quantidade de recursos que passará a ser destinada para a região. Mas ainda mais importante que essa capacitação, é a criação de uma equipe especial para lidar com os conflitos e a relação com a comunidade, caso se efetive a parceria. Com os recursos atuais do parque a criação de uma equipe como esta possivelmente seria inviável, mas com o aumento dos recursos em função da parceria, essa criação seria viabilizada.

Criação de espaços de diálogo: Em toda organização, se faz necessário um sistema de gestão para que seja possível obter melhor controle das atividades desenvolvidas. Devem ser levados em consideração diversos fatores que contribuam para o bom ou mau funcionamento das UCs, e um desses fatores é a relação harmônica com a comunidade do entorno e a apropriação desta do espaço do parque. A fim de possibilitar esses objetivos, são sugeridos sistemas de Conselho Participativo (consultivos e deliberativos) e Gestão Participativa que visam integrar a sociedade civil local às decisões tomadas referentes à área física que influenciam e sofrem influência, com objetivo de descentralizar o poder administrativo das áreas destinadas à conservação ou preservação.

Quando a sociedade se sente parte atuante no planejamento dos processos administrativos de sua localidade, o desejo de cooperação para a conservação das boas relações se torna mais intenso. Adotando esses sistemas de conselho e gestão participativos, é bem provável que se obtenha relações mais harmoniosas entre a população local e as respectivas áreas protegidas.

Educação Ambiental: É necessário que se construa, conjuntamente com a população, as razões pelas quais o patrimônio protegido pelo Parque deve ser preservado. É preciso que a comunidade seja convidada a pensar nas belezas e na importância da preservação da área, a fim de que se crie uma identidade entre a população e o parque e o desejo de manter a região conservada.

Investimento por parte do poder público: Como se pôde observar, a comunidade sente falta de espaços destinados à recreação, que já é escassa na região e diminuiu ainda mais com a criação do parque e as restrições de uso do espaço. As atividades de lazer, asseguradas pela constituição federal do Brasil, são de extrema importância para a manutenção do bem-estar físico. Assim, a implantação de áreas de recreação, destinadas ao uso pela população, devem ser analisadas pelo poder público a fim de que associada às demais propostas apresentadas, seja melhorada a relação parque-comunidade

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. **Artigo 225**. Nov. 2012. Disponível em: <http://www.dji.com.br/constituicao_federal/cf225.htm>. Acesso em: 2 nov. 2013.



2. BRASIL. **Lei N° 9.985, de 18 de julho de 2000.** Nov. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>. Acesso em: 2 nov. 2013.
3. BONI, V.; QUARESMA, S.J. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais.** *Revista TESE*, Santa Catarina, v.2, n.1, p.68-80, 2005
4. GARCIA, Valeria Campos. **Propostas de medidas de controle ambiental para a revitalização da área urbana do distrito de Fidalgo em Pedro Leopoldo – MG.** Dissertação (mestrado) – UFOP. Ouro Preto, 2011.
5. IBAMA. **Zoneamento Ambiental da APA Carste de Lagoa Santa.** Belo Horizonte, 1998. 61 p.
6. IBASE. **Gestão Participativa em Unidades de Conservação.** 2006. Disponível em: <http://www.ibase.br/userimages/ap_ibase_gestao_01c.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2013.
7. IEF. **Área de Proteção Ambiental – APA.** 2013. Disponível em: < <http://www.ief.mg.gov.br/areas-protetidas/areas-protetidas-estaduais/117>>. Acesso em: 29 de novembro de 2013.
8. MACEDO, F. F.; LIPARINI, A.; MUNIZ, F.G.. **Atualização dos registros de cavidades cadastradas para o Parque Estadual do Sumidouro (Lagoa Santa/Pedro Leopoldo - MG) e levantamento de novas ocorrências de cavernas para a região do parque e o seu entorno.** 2011. Disponível em <http://www.sbe.com.br/anais31cbe/31cbe_581-592.pdf> Acesso em 27 de novembro de 2013.
9. MINAS GERAIS. **Edital da PPP Rota Lund, 2013.** Disponível em: <<http://www.ppp.mg.gov.br/projetos-ppp/projetos-em-elaboracao/rota-lund-1/Edital%20e%20Anexos.zip/view>>. acesso em 06 dez 2013.
10. MMA. **Gestão Participativa do SNUC.** 2004. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf2008_dap/_publicacao/149_publicacao16122010100253.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2012.
11. ORTH, Dora Maria; CUNHA, Rita Dione Cunha. **Praças e áreas de lazer como ambiente construído influenciando na qualidade de vida urbana.** In: ENTAC 2000, Salvador, BA. 2000. v. 01, p. 474-475. Disponível em: <<http://www.grupoge.ufsc.br/publica/artigos/pracas.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2013.
12. SAMPAIO, Jarba Lima Dias. **Inventário digital da APA (Área de Proteção Ambiental) Carste Lagoa Santa e algumas implicações.** 2010. 195 f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós Graduação em Tratamento da Informação Espacial.
13. VIVACQUA, Melissa. **Conflitos socioambientais em Unidades de Conservação.** In: Política & Sociedade, N. 7, outubro de 2005.